

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

A descida do IVA

Objectivamente a descida do IVA, mesmo que reduzida ao ínfimo valor de 1%, seria sempre uma boa notícia num país com uma carga fiscal elevada e a precisar urgentemente de competitividade fiscal. Mas uma análise mais ponderada da medida leva-nos a considerá-la um erro político pelos sinais negativos que encerra.

Desde logo e apesar do seu irrelevante impacto na economia, o facto é que a descida do IVA nesta fase dá ao mercado em geral e aos consumidores em particular um sinal de facilitismo pouco recomendável, designadamente quando a verdadeira consolidação orçamental está ainda por fazer. É bom recordar que redução do défice acima do expectável se ficou a dever à maior eficácia da máquina fiscal, a uma maior propensão dos contribuintes para o cumprimento das suas obrigações fiscais e à drástica redução do investimento público.

Mas há ainda um outro sinal negativo que emerge desta descida do IVA. É que ela obedece cegamente a um calendário cirurgicamente traçado de propaganda eleitoral que aponta para uma nova descida no Orçamento de 2009 e uma outra nas vésperas das eleições. É a prevalência da tática sobre o conteúdo. Da forma sobre a substância. Do marketing sobre o interesse público.

Em resumo, o governo no seu melhor!

Discurso programático de Luís Filipe Menezes

na tomada de posse da Distrital dos TSD
 “Em 4 anos, Portugal alinhará fiscalmente com a Espanha”



Destaques:

“Vamos derrotar o engenheiro José Sócrates e o doutor António Costa”

Em “Actividades do Presidente”

«PSD sistematicamente sub-representado nos blocos informativos da RTP»

Em “Informação de Serviço Público”

Debate parlamentar de urgência, a 9 de Abril, sobre “orçamento e orientação política fiscal”

Em “Actividades do PSD”

Luís Filipe Menezes fez um discurso programático no jantar da tomada de posse da Distrital de Lisboa dos TSD

· *Um objectivo: em 4 anos, Portugal alinhará fiscalmente com a Espanha*

Luís Filipe Menezes, exigiu na sexta-feira à noite que o primeiro-ministro, José Sócrates, devolva rapidamente os 530 euros anuais que os portugueses ainda pagam a mais em impostos em comparação com 2005.

Por outro lado, o presidente do PSD prometeu que, se for eleito primeiro-ministro em 2009, no final do seu mandato o IVA será de 16 por cento, como é actualmente em Espanha que o objectivo é alinhar a nossa fiscalidade com os valores do nosso maior e mais fundamental mercado

Durante um jantar em Lisboa que marcou a posse dos novos dirigentes a Distrital de Lisboa dos Trabalhadores Social Democratas (TSD), a estrutura sindical ligada ao PSD, Menezes voltou à ideia de que desde a posse do Governo a carga fiscal anual de cada contribuinte aumentou 550 euros.

O presidente do PSD reafirmou que com a anunciada redução do IVA em um por cento a partir de Julho, o primeiro-ministro apenas “devolveu aos portugueses 20 euros dos 550 que lhes tirou ao longo destes três anos”.

“Nós queremos que ele restitua rapidamente os 530 que ainda faltam para colocar, pelo menos, o poder de compra dos portugueses na situação em que estava há três anos atrás”, exigiu, a seguir, recebendo aplausos.

Quanto à política fiscal que aplicará se ganhar as eleições legislativas de 2009, Menezes comprometeu-se a baixar o IVA para o actual valor desse imposto em Espanha, em nome de uma harmonia ibérica.

“Ao fim de quatro anos de governação do PSD o IVA será de 16 por cento em Portugal”, disse.

“Vamos ter uma política económica consistente, virada não para obsessão do défice mas para o crescimento e para o



desenvolvimento”, adiantou.

No seu discurso após o jantar com os TSD, aquele que o nosso Presidente quis dar um carisma programático, Menezes assinalou que cumpriu na sexta-feira seis meses como presidente do PSD (pelo que recebeu uma pequena prenda dos sindicalistas) e defendeu que com a sua liderança “ficou alicerçada no subconsciente colectivo a ideia de que nunca mais haverá uma maioria absoluta deste primeiro-ministro”.

“O trabalho que o PSD fez ao longo destes seis meses foi determinante para abalar a imagem de marca do poder socialista”, sustentou.

Luís Filipe Menezes elogiou o contributo do líder do grupo parlamentar social-democrata, Pedro Santana Lopes, para “colocar a nu o falhanço do primeiro-ministro” nos debates quinzenais no Parlamento.

Classificando-o como “um dos melhores” do partido, Menezes lembrou aos militantes presentes no jantar as críticas que recebeu por ter aceite que Santana Lopes ocupasse a liderança da bancada do PSD.

“Foi ou não foi uma decisão acertada?”, perguntou.

O presidente do PSD defendeu que as eleições legislativas e autárquicas de 2009 devem realizar-se no mesmo dia,

argumentando que os portugueses tem já a maturidade e o traquejo de votantes mais que suficiente, para saber distinguir as duas escolhas e, nesta modalidade, diminuirá substancialmente a abstenção.

“Nós vamos ganhar as eleições em 2009, vamos ganhar as eleições legislativas e vamos ganhar as eleições autárquicas. Serão porventura as duas no mesmo dia, pelo menos é essa a opinião do presidente do PSD, que face às leis eleitorais vigentes devem ser as duas no mesmo dia”, declarou Luís Filipe Menezes.

“Os portugueses já sabem distinguir perfeitamente” as duas escolhas, para o poder legislativo e para o poder local.

“Não há razão, pois, para que não sejam no mesmo dia. Até há um factor adicional: nós queremos muitos portugueses a escolher, queremos que haja uma grande mobilização, um grande combate ao flagelo da democracia que é a abstenção”, acrescentou.

Menezes disse ainda compreender que “se houver uma grande votação aumentam as possibilidades de o engenheiro José Sócrates ter uma grande derrota”, logo, esta solução não pode agradar-lhe, ainda mais porque os candidatos a autarcas do PSD contribuirão também para esse

objectivo.

O presidente do PSD apontou a reconquista da Câmara Municipal de Lisboa como “algo fundamental para o partido”, com um “grande candidato”. Confiante na vitória, atribuiu-lhe um valor especial: “Em 2009 não vamos apenas derrotar o José Sócrates, vamos já derrotar o seu “delfim” e sucessor, para, de uma só vez, termos duas vitórias”.

“Vamos derrotar o engenheiro José Sócrates e o doutor António Costa com um grande candidato”, reforçou, considerando que não faltam ao PSD “militantes com capacidade e credibilidade para esse desafio”.

De acordo com a lei, as autárquicas são marcadas pelo Governo e realizam-se entre 22 de Setembro e 14 de Outubro, as legislativas são marcadas pelo Presidente da República e realizam-se entre 14 de Setembro e 14 de Outubro.

As eleições europeias realizam-se em Junho e são igualmente marcadas pelo Presidente da República.

O presidente do PSD prometeu hoje que haverá “também um grande candidato às europeias”, que será “uma grande figura do partido”.

“Ninguém acredita que o partido não está em condições de vencer todas estas eleições”, rematou.

Sobre os objectivos do PSD, disse



ainda: “Estamos a trabalhar para que daqui a algumas semanas, poucos meses, possa entrar no subconsciente do Povo, a ideia de que os cidadãos vão mudar de voto, escolher um outro partido e que vão acreditar em nós”.

“Porque é que não havemos de acreditar em nós? Independentemente de pretensos “gurús” da opinião que se publica, temos tido salas cheias de militantes, nas ruas as pessoas acarinham-nos, dão-nos força e incentivam-nos. A última coisa de que precisamos para dar um salto em frente e acreditarmos em nós próprios é de termos propostas consistentes que nos mobilizem primeiro a nós para depois entusiasmarem os portugueses”, considerou.

Menezes afirmou depois que o PSD tem estado “a colocar em cima da mesa propostas” como o fim da publicidade na televisão pública ou um programa de investimento nos bairros sociais, a que chamamos a “Polis Social”; uma política económica virada para o desenvolvimento e 4 anos para nivelar a nossa fiscalidade com a Espanha, que é o nosso mercado de referência. Muitas destas medidas ainda não são completamente inteligíveis ao Povo, devido ao “muito ruído de fundo” de que o Governo e o PS produzem na Comunicação, onde têm uma abusiva predominância

“Mas nós vamos teimar nelas”, e vamos ganhar!”, sublinhou. – **Povo Livre, c/ Lusa**

O nosso Presidente em Almodôvar: José Sócrates já entrou na fase de “Prometer tudo...”

Luis Filipe Menezes criticou hoje o primeiro-ministro, José Sócrates, por, nas últimas semanas, andar num “lufa-lufa” pelo país a “prometer tudo a toda a gente” e a “assumir compromissos que não pode cumprir”.

“Desde há umas semanas para cá, [José Sócrates] anda aí num lufa-lufa pelo país e a prometer tudo a toda a gente, a lançar todos os dias uma obra diferente e a assumir compromissos que não pode cumprir”, afirmou o presidente social-democrata.

Apesar disso, contrapôs Luís Filipe Menezes no sábado à noite, num jantar que reuniu quase 200 militantes do partido nesta zona do Alentejo profundo - em Almodôvar (Beja) - “já nem” o próprio primeiro-ministro “acredita que pode ganhar as eleições” legislativas de 2009.

Para o PSD, as eleições legislativas do próximo ano poderiam ser “dos mais fáceis desafios da democracia portuguesa”, mas as eventuais dificuldades nesse combate eleitoral derivam, não do facto do “actual Governo ter um projecto de governação”, mas sim por o



Executivo liderado por Sócrates “ter um projecto de poder”.

“Intimida as pessoas, os empresários, os professores, os médicos, os notários, os funcionários públicos, sindicalistas, jornalistas, a comunicação e, dessa forma, procura condicionar a liberdade de opções”, sustentou.

Num discurso marcado por muitas críticas ao Governo e apelos aos militantes do PSD para que se mobilizem para os actos eleitorais do próximo ano, sobretudo legislativas e autárquicas, o líder do PSD apançou que o país está num “caos” e que não existe “uma única área de governação” em que actual Governo “tenha apresentado resultados”.

Aludindo à deslocação efectuada sábado pelo primeiro-ministro à Beira Alta, Luís Filipe Menezes criticou José Sócrates por, tal como “nas últimas semanas”, ter ido “ao interior do país prometer mais uns metros de auto-estrada”.

“Os portugueses já não se deixam comprar por metros de auto-estrada”, até porque esses “grandes

equipamentos públicos “não são pagos com o dinheiro do engenheiro José Sócrates, mas com o dinheiro dos impostos dos portugueses”, alertou.

Segundo o líder social-democrata, o primeiro-ministro “não foi à Beira Alta por acaso”, mas sim porque “ouviu dizer que o PSD, em meados de Abril, ia para o interior, mostrar o país abandonado”, onde José Sócrates “só sabe conjugar o verbo fechar”.

“Fechar hospitais, escolas, serviços de saúde, equipamentos de segurança, tribunais”, exemplificou.

Luis Filipe Menezes aludiu ainda aos dez anos de Ponte Vasco da Gama, cumpridos sábado, para realçar que muitas das obras públicas são lançadas por um primeiro-ministro e inauguradas por outro.

“Nós vamos ter um problema [quando PSD ganhar as legislativas de 2009] que é inaugurar as auto-estradas que o engenheiro Sócrates anda a lançar pelo país”, ironizou.

No jantar, em que o presidente do município local, António Sebastião, que era independente, e se tornou militante social-democrata, o

presidente do PSD reiterou ainda críticas à anunciada redução do IVA em um por cento, a partir de Julho.

“Cada um dos portugueses tem menos 550 euros de rendimento disponível, por força do aumento dos impostos [desde 2005]. A diminuição, agora, de um por cento no IVA significa devolver 20 euros. O engenheiro José Sócrates ainda tem que passar um cheque a cada um de nós de 530 euros para poder ir embora com dignidade”, frisou.

Tal como prometeu sexta-feira à noite, num jantar em Lisboa com membros dos Trabalhadores Social-Democratas (TSD), se for eleito primeiro-ministro em 2009, será conseguida, até final desse mandato, uma “harmonização fiscal entre Portugal e Espanha”.

Ainda em Almodôvar, Luís Filipe Menezes, considerou que “a preocupação” do Presidente da República com a violência nas escolas faz “todo o sentido”, considerando tratar-se de um fenómeno que não é “uma circunstância do momento”.

Menezes comentava, em declarações aos jornalistas o facto de o Presidente da República, Cavaco Silva, ter agendado para segunda-feira de manhã uma reunião com o Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro, para falar sobre “assuntos relacionados com violência escolar”.

“É manifesto que a preocupação do Presidente da República faz todo o sentido”, defendeu hoje Luís Filipe Menezes.

“Tal como a insegurança não é um problema pontual, também a violência nas escolas não é a tradução de uma circunstância de momento”, frisou.

Para o líder do PSD, ambos são fenómenos que traduzem “uma doença sistémica da democracia” portuguesa.

“Quando temos problemas de insegurança normalmente temos



problemas sociais, temos uma crise de valores, uma crise de autoridade”, sustentou.

Luís Filipe Menezes aludiu ainda ao que se “tem passado do ponto de vista de desautorização dos professores e daqueles que são responsáveis pela gestão das escolas” e ao “laxismo que está ligado ao Estatuto do Aluno, há pouco publicado”.

Tudo isso é “um somatório de questões” que, segundo o líder social-democrata, tem a ver com a “filosofia de gestão do país”.

“Têm a ver com o facilitismo que está instalado na governação e que estão a traduzir-se numa degradação grave da nossa vida comunitária”, acrescentou.



O encontro de Cavaco Silva e Pinto Monteiro ocorrerá dias depois de ter sido conhecido mais um caso de violência escolar, envolvendo uma aluna de 15 anos da Escola Secundária Carolina Michaelis, no Porto, e uma professora, no último dia de aulas antes das férias da Páscoa.

A docente terá alegadamente sido vítima de violência física e verbal por parte da aluna, depois da professora lhe retirar um telemóvel, cujo uso é proibido durante as aulas.

A cena foi filmada por um colega de turma, também de 15 anos, e colocada no site YouTube, mostrando a aluna a gritar e a empurrar a professora quando a docente lhe procura tirar o telemóvel.

O Procurador-geral da República, Pinto Monteiro, revelou quinta-feira que o Ministério Público está a investigar “algumas dezenas” de casos de violência nas escolas, tanto de alunos que agridem professores como de docentes que agridem estudantes.

Luís Filipe Menezes na requalificação do Parque Joaquim Lopes, do FC de Avintes, como presidente da Câmara de Gaia

O PSD entrega quarta-feira, na Assembleia da República, uma proposta de alteração à Lei da Televisão que visa acabar com a publicidade na RTP sem cobrar “um tostão ao contribuinte”, anunciou hoje o presidente do partido, Luís Filipe Menezes.

“Esta proposta avança porque não custa um tostão ao cidadão contribuinte”, afirmou Menezes, salientando que a iniciativa legislativa social-democrata resulta do cumprimento do plano de saneamento financeiro da RTP, iniciado em 2003.

Menezes, que falava em conferência de imprensa em Vila Nova

de Gaia, recordou ter assumido há algumas semanas o compromisso de acabar com a publicidade na televisão pública quando liderar um governo social-democrata.

O líder social-democrata salientou ainda que a proposta “está sustentada em termos políticos, mas também do ponto de vista económico e

financeiro”.

Na perspectiva política, Menezes argumentou que “uma sociedade pluralista precisa de grupos de comunicação social que sejam livres e independentes”.

“Uma das maiores pressões é a dependência financeira”, frisou o dirigente social-democrata, salientando que “nenhum grupo de comunicação social é hoje em dia sólido se não tiver acesso a um canal de televisão em sinal aberto”.

Depois de considerar que o Governo tem “condicionado” os grupos que já possuem um canal de televisão e os que estão interessados no canal que vai ser criado em breve, Luís Filipe Menezes defendeu que “uma das formas de acabar com a pressão governativa é dar condições de solvência” aos grupos de comunicação social.

“Os 50 milhões de euros hoje canalizados para publicidade na televisão pública são imprescindíveis para alimentar o pluralismo na comunicação social”, sustentou.

Segundo o líder social-democrata, esta verba é idêntica ao excedente das receitas da taxa de audiovisual, que pode ser utilizado para cobrir a ausência da publicidade.

“Podemos ter uma televisão pública com o mesmo orçamento e sem publicidade”, defendeu.

A explicação desta posição coube a Agostinho Branquinho, porta-voz do PSD para a área da comunicação social, que começou por recordar que o contrato de viabilização económica e financeira da RTP fixou até 2019 um conjunto de condições, entre as quais a limitação dos custos de exploração a 240 milhões de euros por ano.

Para assegurar o funcionamento da empresa, o Governo, na altura liderado pelo PSD, decidiu uma transferência anual de 150 milhões de euros para a RTP, verba acrescida de cerca de 70 milhões de euros anuais resultantes da taxa de audiovisual.

“As transferências anuais e as receitas provenientes da taxa de audiovisual davam para pagar os custos de exploração”, frisou Agostinho Branquinho, salientando que esta situação tem ocorrido desde 2003.

O deputado social-democrata salientou, no entanto, que o governo





socialista decidiu alargar a base de tributação da taxa de audiovisual, o que permitiu elevar a receita de 70 para 120 milhões de euros anuais.

“Para o PSD, estes 50 milhões de euros a mais devem ser utilizados para amortizar a dívida da RTP, sem ser necessário pedir mais um euro aos portugueses”, frisou.

Segundo Branquinho, o PSD defende que a RTP continue a receber anualmente 220 milhões de euros (150 da transferência governamental e 70 da taxa de audiovisual), sendo os 50 milhões excedentes desta taxa utilizados para pagar a dívida da empresa.

Ainda em Gaia, o líder social-democrata afirmou em Avintes (Gaia), que os portugueses vivem numa sociedade “intimidada pelo peso excessivo do Estado e da forma como ele está a ser utilizado pelo PS”.

“É verdade que hoje há muitos portugueses que sentem que a qualidade da nossa democracia não é aquela que merecíamos”, disse Luís Filipe Menezes, ao ser questionado sobre as acusações feitas pelo social-democrata António Borges ao ministro da Economia, Manuel Pinho.

Em entrevista hoje ao jornal Público, António Borges acusou Manuel Pinho de “exigir a apresentação de um pedido de desculpas” pela sua crítica à forma como foi conduzida a mudança de presidência na EDP, “caso contrário nunca mais haveria trabalho para o [banco] Goldman Sachs em Portugal”.

“Aliás, como nunca mais houve”, acrescentou António Borges, que na altura era vice-presidente daquele banco norte-americano.

António Borges acusou ainda Manuel Pinho de lhe ter comunicado pessoalmente que “todos os contratos com o Goldman Sachs estavam cancelados” no dia seguinte ao congresso do PSD de 2005, em que o economista se disponibilizou para ajudar o partido a fazer oposição ao governo.

Segundo Luís Filipe Menezes, “os empresários têm receio de ser penalizados num quadro comunitário muito centralizado se não agradarem ao Governo”.



“Os agentes de comunicação social estão prisioneiros do projecto de televisão digital se não se portarem bem, os professores são perseguidos se não forem obedientes, os médicos são desqualificados do ponto de vista de carreira por aderirem a greves, os sindicalistas vêem a polícia entrar pela porta dentro e os próprios sindicalistas da polícia são maltratados quando defendem os seus direitos”, afirmou o líder social-democrata.

Questionado sobre se neste quadro sente ter condições para ganhar as próximas eleições, Menezes aludiu a dificuldades decorrentes da “carapaça de intimidação e controlo da sociedade portuguesa”.

“Seria fácil ganhar se fosse pela avaliação de compromissos assumidos pelo senhor engenheiro José Sócrates, se fosse pela avaliação dos resultados da governação, diria que é muito fácil ganhar as eleições. A dificuldade decorre da tal carapaça de intimidação e controlo da sociedade portuguesa”, disse.

“Vamos ser humildes e fazer com que os portugueses não tenham medo e se rebelarem contra um poder opressivo, que existe à revelia e desvirtuando a democracia”, acrescentou.

Luís Filipe Menezes falava aos jornalistas durante a inauguração da obra de requalificação do Parque Joaquim Lopes - FC de Avintes, em que participou na qualidade de presidente da Câmara de Gaia.

Conferência de Imprensa na semana passada, na sede do PSD

Luís Filipe Menezes, defendeu em conferência de Imprensa, que a descida do IVA para 20 por cento anunciada

pelo Governo é uma medida eleitoralista e uma reacção às manifestações e ao descontentamento popular.

Em conferência de imprensa, na sede do PSD, Luís Filipe Menezes considerou “previsível” a actuação do Governo em matéria fiscal: “No próximo Orçamento do Estado vai propor a descida de mais um por cento do IVA e eventualmente propor uma pequena descida do IRS”.

Luís Filipe Menezes disse que em 2007, durante o debate orçamental, o PSD questionou José Sócrates sobre as

ministro, perante a minha proposta articulada e consistente de descer impostos considerou tal possibilidade leviana e irresponsável”, o presidente do PSD.

O PSD mostrou, na conferência de imprensa, um vídeo com o primeiro-ministro a criticar Luís Filipe Menezes por ter proposto uma descida de impostos. O nosso Presidente estava acompanhado dos deputados e economistas, Patinha Antão e Miguel Frasquilho.

A seguir, Menezes considerou que ao anunciar hoje a redução do IVA



circunstâncias em que admitia descer os impostos.

“Não houve resposta, porque não havia estratégia: A estratégia é a estratégia do calendário eleitoral e da pressão pública e do descontentamento popular”, com decisões “de resposta à agitação social”, acusou.

“Porventura se em vez de cem mil professores se tivessem manifestado 50 mil, se calhar não tinha havido descida de impostos. E se houver uma manifestação para a semana de 150 mil talvez desça mais um por cento do IVA”, sustentou.

“Há quinze dias, o primeiro-

para 20 por cento “o primeiro-ministro confirmou o que já sabíamos dele: que não tem convicções profundas do ponto de vista político a condicionar as suas decisões, que não tem estratégia para o seu Governo, que está desfasado da realidade do país”.

“Não é só o primeiro-ministro que é inconsequente e pouco sério nas suas declarações. Ontem mesmo o senhor ministro das Finanças numa entrevista ao Diário Económico afirmava que baixar os impostos com base na recente descida do défice pode por em causa o equilíbrio das contas públicas”, acrescentou. – PL, c/Lusa

No último debate quinzenal, Santana Lopes desvaloriza descida de IVA em 1%

-No último debate quinzenal com o PM, com tema escolhido pelo PC, Santana Lopes afirmou – em relação à descida de 1% do IVA – que o Governo deveria esperar mais algum tempo e, então, fazer descida de impostos com mais significado e real impacto

O líder parlamentar do PSD considerou “errada” a anunciada descida de um por cento do IVA em Julho.

Durante o debate quinzenal com o primeiro-ministro no Parlamento, Pedro Santana Lopes defendeu que o Governo errou também “ao exigir aos reformados os sacrifícios que exigiu”, sublinhando que o saldo da Segurança Social duplicou nos primeiros meses deste ano.

“Devolva aos reformados o que lhes tirou, é isso que devia fazer agora”, disse a José Sócrates.

Luís Filipe Menezes já anunciou na terça-feira da semana passada, que o PSD vai propor no Orçamento do Estado para 2009 uma redução da carga fiscal mais “substancial”, que não quis por enquanto quantificar.

No Debate, Pedro Santana Lopes considerou que “é errado do ponto de vista da gestão económica, da teoria das expectativas, da gestão orçamental fazer uma redução de um ponto na taxa do IVA”.

O líder parlamentar do PSD antecipou que o Governo “não vai ficar por aqui” e prepara uma nova descida do IVA para 19 por cento no próximo orçamento e outra descida “para os 18 por cento” em 2009.

“Era preferível da sua parte, e o seu ministro das Finanças anterior disse-o, fazer uma redução maior de uma vez. Esperar uns meses pela confirmação da consolidação orçamental, nomeadamente na actual conjuntura mundial, e fazer a redução de uma vez”, defendeu. – **Fonte: Lusa**

Pedro Duarte critica veementemente o Governo, pela forma desastrada e “ads-hoc” como vem tratando a falta de disciplina nas Escolas



O PSD, acompanhado pelo CDS-PP criticaram, no Parlamento, o Governo e o PS, por “desvalorizarem” o problema da indisciplina nas escolas e defenderam o reforço da autoridade dos professores, enquanto a esquerda parlamentar recusou medidas disciplinares.

O episódio entre a professora e aluna no Liceu Carolina Micaelis no Porto, divulgado em vídeo na Internet, foi debatido no Parlamento, com o PS a garantir que “o Governo está atento à indisciplina e à violência nas escolas”.

Enquanto CDS-PP e PSD defenderam mais medidas para reforçar a autoridade dos professores, o PS defendeu que as actuais políticas governativas são adequadas e



recusou que se “lance a suspeita de que as escolas vivem num clima de insegurança”.

Do lado do PSD, o deputado Pedro Duarte disse “lamentar a atitude do Governo de desvalorizar e minimizar” o episódio ocorrido na escola do Porto, acusando o PS e o Governo de “quererem varrer o lixo para debaixo do tapete”.

Para Pedro Duarte, o problema de indisciplina e violência nas escolas “está a piorar de dia para dia” perante o “a política de menorização e facilitismo” do Governo.

O PSD considerou hoje que o anúncio do ministério da Educação de que as escolas podem contratar técnicos para resolver problemas graves de indisciplina é mais um “sinal de absoluta desorientação do Governo”, que surge fora da altura ideal.

O secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, anunciou terça-feira que as escolas com problemas graves de indisciplina podem apresentar ao Ministério da Educação (ME) uma proposta para a contratação de técnicos como psicólogos e mediadores de conflitos.

“Se uma escola tiver um grande problema de indisciplina generalizada pode apresentar à Direcção Regional de Educação uma proposta para o reforço dos meios técnicos”, afirmou Valter Lemos.

Em declarações à agência Lusa, o porta-voz do PSD para os assuntos da Educação, Pedro Duarte, disse que este é “mais um sinal de absoluta desorientação do Governo nesta área”.

O deputado adiantou que o Governo e o secretário de Estado da Educação recusaram em Dezembro uma proposta idêntica do PSD para a criação de equipas multidisciplinares, também formadas por psicólogos e mediadores de conflito.

Apesar de concordar com a “substância” do anúncio agora formulado pelo Governo, o vice-presidente da bancada parlamentar do PSD disse ter “dúvidas” quanto à sua concretização.

Pedro Duarte explicou que a medida vem fora de tempo, porque “ainda não foi feito nada”, nomeadamente formação dos profissionais e adjudicação de verbas orçamentais para o pagamento desses profissionais.

Para o PSD, trata-se de uma “resposta na hora” para um vídeo que surgiu no You Tube, um site que permite a colocação e visualização de pequenos filmes aos seus utilizadores.

O deputado social-democrata voltou a criticar o Governo por estar a “desvalorizar” o problema da indisciplina nas escolas, quando, na sua opinião, o devia “dramatizar, até como factor dissuasor”.



Pedro Duarte regista em “nota alta” a actuação do Presidente da República sobre violência escolar

O porta-voz do PSD para a educação, Pedro Duarte, pôs o Presidente da



República “a subir” a propósito da violência escolar, um mês após tê-lo acusado de “condescendência com a situação caótica na Educação”.

Pedro Duarte escolhe semanalmente no seu blogue, www.pedroduarte.com, uma figura ou acontecimento que coloca “em alta” e outra figura ou acontecimento que põe “a descer”.

No domingo, o porta-voz do PSD para a educação atribuiu o “positivo” da semana ao Presidente da República pela sua intervenção em relação à violência escolar.

“Cavaco Silva parece querer agarrar com determinação o dossier ‘violência escolar’, em contraponto à desvalorização do Governo”, escreveu.

“Em boa hora o Presidente da República assume esta nova atitude”, elogiou Pedro Duarte, que no dia 01 de Março deu “nota negativa” à actuação de Cavaco Silva em matéria educativa.

O presidente do grupo parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, e o presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, declararam-se em desacordo com esta opinião de Pedro Duarte.

Apesar disso, Menezes afirmou que pretendia mantê-lo porta-voz do PSD para a educação.

Quatro semanas depois, baseando-se no que foi noticiado pela comunicação social, Pedro Duarte distinguiu Cavaco Silva com a “nota positiva” da semana.

Baseando-se no que foi noticiado pela comunicação social, o social-democrata considerou que “o Presidente da República dá sinais de forte preocupação com os casos, agora mediatizados, de indisciplina nas escolas”, referindo que “ao que parece, reunirá mesmo de emergência com o Procurador-Geral da República”.

PSD desvaloriza baixa do IVA para 20 por cento

O deputado do PSD, Patinha Antão desvalorizou no Parlamento a baixa do IVA de 21 para 20 por cento considerando que “umas amêndoas de Páscoa” em tempo “pré-eleitoral” não chegam para compensar os sacrifícios pedidos aos portugueses.

“O primeiro-ministro resolveu dar algumas amêndoas, poucas, aos portugueses” a quem pediu sacrifícios, afirmou Patinha Antão, considerando que o Governo tem mais razões para ser criticado do que aplaudido.

Patinha Antão considerou que o anúncio da baixa do Imposto sobre o Valor Acrescentado é uma medida que apenas tem objectivos eleitorais e que economicamente não conta nem importa para a conjuntura.

“O que fez o primeiro-ministro para dar esta prenda aos portugueses? À custa de quê? Da redução do poder de compra dos portugueses, das prestações sociais. É este o valor sobre o qual o primeiro-ministro se vangloria para fazer esta distribuição pré-eleitoral”, afirmou.

Patinha Antão apontou a subida dos preços dos combustíveis e do custo de vida, a perda do poder de compra dos funcionários públicos e a precariedade laboral dos jovens como consequências da política económica do Governo.

O deputado social-democrata argumentou que a “execução orçamental de 2007 está eivada de truques contabilísticos”, e considerou “exagerada” a afirmação do primeiro-ministro segundo a qual a crise orçamental está ultrapassada”.

Conferência de líderes agendou para dia 9 de Abril um debate parlamentar de urgência, pedido pelo PSD, sobre “orçamento e orientação política fiscal”

A conferência de líderes agendou para dia 9 de Abril um debate parlamentar de urgência pedido pelo PSD sobre “orçamento e orientação política fiscal” e para dia 10 uma interpelação do Bloco de Esquerda sobre precariedade laboral.

Para dia 11 ficou marcado o debate quinzenal com o primeiro-ministro, cabendo a vez ao Governo de escolher o tema.

Uma proposta de lei do Governo para alterar o Estatuto dos militares das Forças Armadas foi agendada para 16 de Abril, dia escolhido pelo PS para um agendamento potestativo, ainda sem tema indicado.

Entretanto, a Comissão de Assuntos Constitucionais adiou para 2 de Abril, a votação na especialidade das alterações à lei eleitoral autárquica, já acordada entre o PS e o PSD e que os sociais-democratas querem mudar.

O adiamento foi proposto pelo presidente da comissão, Osvaldo de Castro, depois de PSD e Bloco de Esquerda terem apresentado proposta de alteração à lei.

O PS e o PSD concordaram ser necessário “algum tempo” para poderem ser apreciadas as alterações entregues de manhã pelo BE e ao início da tarde pela bancada social-democrata.

As propostas de alteração apresentadas pelo PSD relacionam-se com o poder dos presidentes das Juntas de Freguesia, para que voltem a poder votar os planos e orçamentos municipais, e a correcção do número de membros da oposição presentes nos executivos camarários.

A nova lei, acordada entre os dois maiores partidos foi aprovada na generalidade, em conjunto, pelo PS e PSD, no mês de Janeiro, mas o PSD, já liderado por Luís Filipe Menezes, questionou o acordo, no ponto em que retira o poder de voto dos presidentes de junta.

No passado dia 22 de Fevereiro, no dia em que dois jornais, DN e Público, noticiavam a ruptura iminente do acordo pelo PSD, o líder parlamentar social-democrata, Pedro Santana Lopes, garantia que ainda estava a “conversar e trabalhar” com o PS sobre a lei eleitoral autárquica, negando que o acordo tivesse sido rompido.

No dia seguinte, Luís Filipe Menezes, afirmou que o acordo com o PS para a nova lei eleitoral das autarquias seria mantido, mas exigiu que os presidentes das freguesias pudessem votar os orçamentos municipais.

Tratando-se de uma lei eleitoral, este diploma necessita de uma votação de dois terços dos deputados para ser aprovado, ou seja, na prática, do acordo entre os dois maiores partidos.

“Mercado do Bolhão” vai ser discutido no Parlamento

Numa audiência com a Plataforma de Intervenção Cívica do Porto, o deputado Sérgio Figueiredo (PSD), garantiu que a petição entregue na Assembleia da República no mês passado vai ser discutida durante Abril ou Maio.

A Plataforma foi recebida em audiência pelos diversos grupos parlamentares da Assembleia da República para debater o processo de manutenção do Mercado do Bolhão no Porto.

Na audiência com a Plataforma, o deputado social-democrata explicou que “se o projecto foi aprovado pela autarquia é porque estão reunidos e salvaguardados os interesses dos comerciantes e do património”.

Por sua vez, Manuel Correia, porta-voz da plataforma, explicou que esta é uma questão de cidadania e manifestou a sua preocupação com o futuro do edifício e com os comerciantes envolventes no interior e no exterior do mercado, defendendo a manutenção de um mercado de produtos frescos disponíveis à população.

“O Bolhão corre o risco de ser demolido e descaracterizado”, explicou, “os comerciantes não têm o seu presente e o seu futuro clarificado”, uma vez que “os projectos até agora apresentados pela Câmara Municipal do Porto (CMP) explicavam que o edifício tem de ser esvaziado durante dois anos para obras sem se saber ainda para onde vão os comerciantes”.

De acordo com os relatórios da Plataforma, o mercado do Bolhão é um





edifício com mais de 150 anos de existência e conta actualmente com 170 comerciantes no interior e 42 no exterior, o que representa um rendimento anual de 380 mil euros.

Em Fevereiro deste ano, a plataforma entregou uma petição com 50 mil assinaturas para impedir a demolição do mercado “através de uma via judicial”.

Joaquim Messenas, arquitecto que lançou o projecto de requalificação e membro da plataforma, manifestou o seu apoio ao comércio tradicional e considera que “a demolição do mercado constitui um desrespeito por um edifício que foi classificado como património nacional pela ministra da cultura”. Caso a demolição avance, está previsto que três por cento do comércio do mercado faça parte do último piso do futuro centro comercial

mas os vendedores receiam que “sejam transformados em meras peças de museu para os turistas verem como era o mercado antigamente”.

Agostinho Branquinho escreve ao Director de Informação da RTP

Ex.mo Senhor Director de Informação,

Assunto: Telejornal de 26 de Março de 2008 – critérios seguidos para uma informação isenta, rigorosa, plural e contextualizada

No passado dia 26 de Março, o Canal 1 da RTP emitiu, em directo, o jogo de futebol amigável entre as selecções de Portugal e da Grécia, o qual decorreu, em



grande parte, no horário geralmente ocupado pelo Telejornal. Imediatamente após o final daquela transmissão televisiva teve início o Telejornal.

Ora, o tema de abertura desse espaço noticioso foi a anunciada descida do IVA em um ponto percentual. Entendeu a RTP convidar para uma entrevista em directo e no estúdio do Telejornal o Senhor Ministro das Finanças e ouvir vários agentes políticos e o Senhor Governador do Banco de Portugal.

Não querendo questionar os critérios editoriais da Informação da RTP, objectivamente o período de tempo que o Telejornal do dia 26 de Março, passado, ocupou com a presença de um membro do Governo foi largamente superior aos dos restantes agentes políticos, nomeadamente os Partidos da Oposição e, de entre estes, o PSD, principal partido da oposição.

Ora, apesar de não questionarmos a opção editorial da RTP (bem diferente, por exemplo, da seguida por outros operadores privados que procuraram enquadrar e contextualizar a descida anunciada em um ponto percentual no IVA no impacto que isso terá na vida das pessoas), o que é relevante e factual é que o espaço temporal ocupado pelo Governo foi largamente superior ao da Oposição e ao do seu principal partido – O PSD, em claro desrespeito dos critérios de pluralismo, rigor e isenção que são exigidos ao operador de serviço público de televisão, a uma informação contextualizada, bem assim como ao que está estipulado nas regras para a avaliação do pluralismo político-partidário no serviço público de televisão definidas e monitorizadas pela ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Porém, Senhor Director da Informação, não é esta a primeira vez que tal sucede no seu período de exercício dessas funções, bem como em tempo anterior.

Aliás, o PSD aguarda, com enorme expectativa, a divulgação dos dados, referentes ao ano de 2007, sobre a já mencionada avaliação do pluralismo político-partidário na Televisão Pública que serão brevemente anunciados pela ERC, os quais, sem querer

antecipar o seu conteúdo que desconhecemos, deverão pôr em evidência o que temos vindo reiteradamente a dizer sobre a clara subalternização das posições por nós defendidas nos espaços noticiosos da RTP, comportamento bem diferente ao que é dado às posições do Governo e dos outros partidos do espectro político nacional.

Nesse sentido, vimos solicitar, a V. Exa., a realização de uma reunião, com carácter de urgência, a fim de podermos obter os devidos esclarecimentos sobre este comportamento reiterado da RTP face ao PSD e, concretamente, sobre o que ocorreu no Telejornal do passado dia 26 de Março.

Aguardando uma resposta de V. Exa., aproveitamos a oportunidade para apresentar os nossos melhores cumprimentos, O Deputado, Agostinho Branquinho (*Nota do Povo Livre: Veja acima o sumário do relatório ERC agora publicado pela “Lusa”*)

O deputado Mendes Bota afirma que o Ministério das Finanças deve apresentar desculpas aos agentes de Viagens O deputado Mendes Bota, em requerimento apresentado na assembleia da República, afirma e pergunta:

No início do corrente mês de Março, a comunicação social divulgou com grande destaque que as agências de viagens portuguesas estariam em situação de falta de liquidação de 342 milhões de Euros, a título de Imposto Sobre o Valor Acrescentado, e de 74 milhões de Euros, relativos ao Pagamento Especial por Conta.

A ser verdadeira esta acusação pública, sustentada no relatório da Comissão de Combate à Fraude e Evasão Fiscais, estaríamos de facto perante uma situação grave de fuga ao cumprimento das obrigações fiscais.

Só que essa notícia era falsa. Além de ser estranho que não tenha havido o cuidado, por parte do Ministério das Finanças, de esclarecer a situação com a associação de classe, a APAVT, através do diálogo, também o Ministério da Economia e Inovação não esboçou o menor indício de querer proteger a idoneidade de um sector que está sob a sua alçada. Um silêncio total e absoluto.

Só depois dos protestos justificados por parte da APAVT, a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais veio, em reunião com esta associação, esclarecer que, afinal, haviam três zeros a mais nos números tornados públicos. Onde se liam 342 milhões de Euros de IVA, afinal, são apenas 34.200 Euros. Onde se liam 74 milhões de Euros de PEC, são afinal apenas 7.400 Euros, o que faz uma grande diferença.

Perante este equívoco, que afectou naturalmente a reputação dos agentes de viagens portuguesas, apresentados como relapsos fiscais, pergunto ao Ministério das Finanças, ao abrigo do arsenal de disposições constitucionais, legais e regimentais, o seguinte:

Assume a responsabilidade do ocorrido, e pensa apresentar um pedido de desculpa público à APAVT, pelo lapso? - Dep. Mendes Bota, AR

Um requerimento do deputado Miguel Almeida

O Deputado Miguel Almeida, face a ausência de resposta do Governo a requerimento apresentado em Janeiro, volta à mesma acção, com novo documento do mesmo teor, sobre o contrato da Prolagos

«Tendo apresentado o requerimento que abaixo reproduzo, em 31 de Janeiro de 2008, e não tendo até à data obtido qualquer resposta, decorridos que estão mais de 30 dias sobre a data da sua apresentação, reapresento o documento na sua versão original e fico a aguardar uma célere resposta ao mesmo.

REQUERIMENTO 230/X (3ª) - AC

ASSUNTO: Contrato de concessão da empresa PROLAGOS, no Brasil

O sector das águas constitui um dos sectores estratégicos mais importantes em qualquer País e, especialmente, em Portugal, onde representa face à dimensão do mercado nacional, segundo as palavras do próprio presidente do Grupo Águas de Portugal (AdP), numa recente entrevista ao *Semanário Económico* de 7 de Dezembro de 2007, um potencial anual de negócio de cerca de € 1.000 milhões.

Segundo esse mesmo dirigente, a internacionalização do Grupo AdP para o Brasil – decidida no consulado de José Sócrates, como Ministro do Ambiente e de Mário Lino como Presidente da ADP – custou ao nosso País mais de € 100 milhões em perdas.

O desastre causado por esta temerária aventura económico-financeira foi tão danoso para Portugal que, mesmo após a concretização do negócio de venda da PROLAGOS (do Estado do Rio de Janeiro), pela AdP, à brasileira ÁGUAS GUARIROBA AMBIENTAL, por € 58,62 milhões, concluído em 17 de Dezembro de 2007, o saldo negativo do negócio PROLAGOS nas contas da AdP ainda veio a pesar € 12 milhões nas contas do exercício do Grupo AdP relativos ao ano de 2007.

Nestes termos, atento o relevo de que a situação descrita se reveste para o interesse nacional, bem como para um criterioso apuramento das responsabilidades políticas inerentes,

Vêm os Deputados abaixo-assinados ora requerer ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição da República Portuguesa e do Regimento da Assembleia da República, que lhes seja remetida cópia integral do contrato de concessão que sustentou a actividade da empresa PROLAGOS ao longo de todo o período em que esta empresa foi detida pelo Grupo Águas de Portugal, bem como, os seus relatórios de contas anuais e cópia do instrumento de venda. – Miguel Almeida e outros Deputados do PSD



INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MÁRIO PATINHA ANTÃO

A.R., 26 DE MARÇO DE 2008



Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

O Senhor Primeiro-Ministro, talvez empolgado pelo espírito da quadra pascal, tem-se multiplicado nos últimos dias a anunciar boas novas aos Portugueses.

E ontem garantiu até que “a crise orçamental já está ultrapassada”.

Não é que não gostemos de boas novas.

Mas esta fez-nos lembrar *Mark Twain* quando um dia comentou que as notícias sobre a sua morte lhe pareciam um tanto exageradas.

Se não vejamos.

O Primeiro-Ministro gosta de sublinhar que, para si, as pessoas são mais importantes do que os números.

Não poderíamos estar mais de acordo.

Perguntemos, então, a crise orçamental está ultrapassada, para quem?

Para o milhão e meio de reformados cujas modestas pensões de reforma foram

atualizadas abaixo da taxa de inflação de 2,1% prevista pelo Governo?

Para os 750 mil trabalhadores da função pública, a quem o Primeiro-Ministro garantiu - quando anunciou que a actualização salarial seria de 2,1% - que em 2008, e pela primeira vez no seu mandato, não perderiam poder de compra, quando, afinal, a taxa de inflação no mês passado subiu para 2,9%?

Para os quatro milhões de trabalhadores, por conta de outrem ou por conta própria, cujo salário médio não ultrapassa os 720 € por mês, cada vez mais ameaçados pelo espectro do desemprego, da precariedade, e a braços com o encarecimento do crédito à habitação e a subida desmesurados dos preços dos produtos alimentares, dos combustíveis, dos encargos escolares e das despesas de saúde?

Para os jovens à procura de um primeiro emprego que chega cada vez mais tarde ou que chega, para aqueles que têm curso superior, sem qualificações e com salários a rondar os 500 € mês - obrigando uns e outros, cerca de 200 mil

jovens, a adiar os seus projectos de vida.

E a continuar a viver em casa dos pais ou em quartos e apartamentos degradados, porque o Governo, carinhosamente, inventou para eles uma Porta 65 que, em vez de se abrir, se fechou?

Para os dois milhões de Portugueses que vivem no interior e na raia de Espanha que vêm desaparecer postos dos CTT e da GNR, estabelecimentos de saúde e comarcas, postos de combustíveis e comércio e indústrias locais, desde que o Primeiro-Ministro teve a desnecessária e contraproducente ideia de aumentar o IVA para 21%?

Ou para as centenas de milhares de PME fornecedoras do Estado e a quem este não paga nos prazos contratuais, arrasando as suas tesourarias e ameaçando a manutenção dos seus postos de trabalho?

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Como se vê, o quadro é deprimente se o Primeiro-Ministro quiser colocar a questão em termos de pessoas.

Mas vejamos se ele tem mais sorte em colocá-la em termos de números.

Recordemos, em abono da verdade, que o cumprimento de garantias, por parte do Primeiro-Ministro, nunca foi famoso. Por exemplo, ele garantiu, no início, de 2005 que o seu Governo colocaria rapidamente a economia nacional em convergência real com a Europa.

Neste seu mandato, levamos três anos de divergência real, estamos bem lançados para um quarto e, no entanto, ainda ninguém o ouviu dizer que o seu Governo falhou.

Garantiu também que seria trágico se o seu Governo não baixasse a taxa de desemprego que herdou.

Esta atingiu, em média anual, em 2004, o valor de 6,7%. Fechou o ano de 2007 em 8%, ninguém prevê a sua descida e, no entanto, ninguém o ouviu dizer que o seu Governo falhou.

Mais recentemente, prometeu uma economia a crescer a 3% em 2009 e já teve que rever em baixa a promessa.

E, para o corrente ano, prometeu no Orçamento de Estado uma economia a crescer a 2,2%.

O FMI, a Comissão Europeia, a OCDE e, até há dias, o próprio Governador do Banco de Portugal, já o aconselharam a rever em baixa a sua promessa e no entanto o Primeiro-Ministro ainda não quer reconhecer que esta sua meta falhou.

Dir-se-ia que as suas garantias estão a desvalorizar-se tão depressa quanto o dólar em relação ao euro.

Senhor Presidente
Senhores Deputados

É pois com este passado e este

presente de garantias incumpridas, e este enorme cortejo de Portugueses tão gratos ao Governo que o Primeiro-Ministro vem agora pedir aplausos pela sua fantástica proeza de “ultrapassagem da crise orçamental”.

Mas, como apesar de tudo diria o Senhor *Pangloss*, antes de reclamar a virtude de uma ultrapassagem convém ver quanto falta para chegar ao destino.

Ora, o Senhor Ministro das Finanças, no ECOFIN de Lisboa, de Outubro último, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, fez aprovar, e bem, um compromisso, segundo o qual:

Ø Todos os estados membros se comprometeram a atingir um défice orçamental estrutural próximo de zero em 2010 (de 0,5% no caso português).

Ø E, até lá, todos os que ainda estivessem longe deste objectivo (e Portugal é o que ainda está mais longe) deveriam afectar todos os eventuais ganhos adicionais de consolidação orçamental, a uma redução mais rápida daquele défice.

Pelo menos aqui, no Parlamento, devemos estar à altura do rigor e exigência deste compromisso.

Ora, o défice orçamental de 2007 de que o Governo se ufana de ser melhor do que o orçamentado encerra, na sua execução, uma série de expedientes contabilísticos - que vão desde desorçamentações despendoradas a receitas extraordinárias - numa escala nunca vista.

Mas quem pensar que já viu tudo, engana-se.

Em 2008, este despudor ainda será maior quando este novo e estranho animal orçamental que dá pelo nome de EP/SA estiver a carburar em pleno, encharcando a economia de betão e lançando, nos próximos 75 anos, brutais aumentos e a preços exorbitantes na dívida do Estado e na futura carga fiscal dos nossos filhos e netos.

E tudo para que o Primeiro-Ministro faça o seu número eleitoral, em 2009, distribuindo uns rebuçados da marca “nova geração de políticas sociais” e alívios, com pachos quentes, na carga fiscal.

Mas entretanto, a “a mãe de todas as reformas”, o PRACE - de que o Primeiro-Ministro já nem quer ouvir falar - prossegue o seu caminho de rotundo e já irremediável fracasso.

O “monstro” agradece - sarando alguns arranhões à superfície que o Simplex lhe fez e partindo, com voraz apetite, para as novas oportunidades de reproduzir a burocracia de que se alimenta, cujo último e caricato exemplo é o da transformação dos noivos em fiscais do Fisco.

Para este peditório só dá quem quer. Trabalhemos para que os que queiram dar estejam cada vez mais sós.

Disse.



Duarte Freitas

Propõe estratégia europeia para a monitorização dos impactos das alterações climáticas



O Deputado do PSD ao Parlamento Europeu Duarte Freitas, membro da Comissão Temporária do Parlamento Europeu para as Alterações Climáticas, propôs o desenvolvimento de um sistema de monitorização dos impactos das alterações climáticas na UE, aquando da discussão em torno do relatório do Deputado Guido Sacconi sobre o Livro Verde da Comissão Europeia "Adaptação às Alterações Climáticas na Europa - opções para a acção da UE".

Para Duarte Freitas, "é prioritário estabelecer um sistema de monitorização das alterações climáticas a nível europeu que facilite a coordenação das medidas de adaptação para fazer face a este fenómeno".

Duarte Freitas espera que a Comissão Europeia reconheça a importância da criação de um organismo europeu que monitorize a evolução do clima e dos efeitos das alterações climáticas nos vários sectores da sociedade, de modo a providenciar informação científica rigorosa, actualizada e harmonizada às Instituições Europeias e Governos Nacionais, facilitando assim uma melhor cooperação e uma abordagem conjunta de adaptação às alterações climáticas.

Duarte Freitas lembra que as consequências das alterações climáticas - a maior frequência de fenómenos climatéricos extremos, o aumento do nível médio das águas do mar, a expansão de doenças tropicais, a desertificação, os efeitos nefastos sobre a produção agrícola e as pescas e a imigração em massa de refugiados climáticos - constituem derradeiros desafios à sociedade europeia.

Para o Deputado Europeu, esta problemática é o maior desafio da UE no próximo século, necessitando por isso de ser colocada no topo das prioridades da UE e, por conseguinte, de beneficiar da criação de um organismo que se ocupe dos aspectos científicos e económicos da adaptação às alterações climáticas.

Bruxelas, 27 de Março de 2008

Duarte Freitas propõe estratégia europeia para a monitorização dos impactos das alterações climáticas

O Deputado do PSD ao Parlamento Europeu Duarte Freitas, membro da Comissão Temporária do Parlamento Europeu para as Alterações Climáticas, propôs o desenvolvimento de um sistema de monitorização dos impactos das alterações climáticas na UE, aquando da discussão em torno do relatório do

Deputado Guido Sacconi sobre o Livro Verde da Comissão Europeia "Adaptação às Alterações Climáticas na Europa - opções para a acção da UE".

Para Duarte Freitas, "é prioritário estabelecer um sistema de monitorização das alterações climáticas a nível europeu que facilite a coordenação das medidas de

adaptação para fazer face a este fenómeno".

Duarte Freitas espera que a Comissão Europeia reconheça a importância da criação de um organismo europeu que monitorize a evolução do clima e dos efeitos das alterações climáticas nos vários sectores da sociedade, de modo a providenciar informação científica rigorosa, actualizada e harmonizada às Instituições Europeias e Governos Nacionais, facilitando assim uma melhor cooperação e uma abordagem conjunta de adaptação às alterações climáticas.

Duarte Freitas lembra que as consequências das alterações

climáticas - a maior frequência de fenómenos climatéricos extremos, o aumento do nível médio das águas do mar, a expansão de doenças tropicais, a desertificação, os efeitos nefastos sobre a produção agrícola e as pescas e a imigração em massa de refugiados climáticos - constituem derradeiros desafios à sociedade europeia.

Para o Deputado Europeu, esta problemática é o maior desafio da UE no próximo século, necessitando por isso de ser colocada no topo das prioridades da UE e, por conseguinte, de beneficiar da criação de um organismo que se ocupe dos aspectos científicos e económicos da adaptação às alterações climáticas.

Carlos Coelho: Conferência no Parlamento Europeu:

"Divulgar a tortura no contexto da guerra contra o terrorismo"

A utilização da tortura na guerra contra o terrorismo estará em debate na próxima sexta-feira, dia 4 de Abril no Parlamento Europeu, numa conferência organizada pelo Eurodeputado do PSD Carlos Coelho em conjunto com o Conselho Internacional para a Reabilitação das Vítimas de Tortura e com a Federação Internacional da Ligas dos Direitos do Homem, com o tema: "Divulgar a tortura no contexto da guerra contra o terrorismo".

A chamada "Guerra contra o terrorismo" voltou a colocar na agenda o debate sobre se a tortura pode ser justificada com o argumento de que pode vir a ser útil para salvar vidas humanas inocentes. Quando há suspeitos de terrorismo envolvidos, até mesmo governos democráticos terão usado ou pelo menos tolerado o uso da tortura.

Este debate centrar-se-á na mudança da natureza da tortura nas sociedades democráticas e nos desafios colocados aos jornalistas que denunciam a tortura e outras violações de Direitos Humanos perante este difícil e muitas vezes perigosos paradigma: Quais são os problemas chave e o que pode ser feito para os enfrentar?

Este evento integra o projecto Preventing Torture within the Fight against Terrorism, que tem como objectivo promover o respeito pela proibição da tortura e da utilização de maus tratos, tal como está estabelecido no Direito Internacional.

Sérgio Marques

Parlamento Europeu aprova Relatório de Sérgio Marques sobre a Política Marítima Europeia

O Parlamento Europeu aprovou hoje por esmagadora maioria (uma única abstenção) o Relatório do Deputado do PSD, Sérgio Marques sobre a Política Marítima Integrada para a UE.

Sérgio Marques reconhece no seu Relatório as suas potencialidades para o desenvolvimento e protecção das regiões costeiras, das ilhas e Regiões Ultraperiféricas (RUP's) da UE e sugere a criação de um conjunto de orientações destinadas aos Estados-Membros (EM) sobre a elaboração a nível nacional de políticas marítimas integradas e um guia para o ordenamento do espaço marítimo incentivando também a criação um espaço europeu do transporte marítimo sem barreiras.

Na sua proposta, Sérgio Marques chama ainda atenção para as "oportunidades únicas" oferecidas pelas RUP's em áreas como a inovação, a investigação, o ambiente e a biodiversidade e que "não podem deixar de ser exploradas pela futura política marítima europeia integrada" e refere o estabelecimento de um financiamento próprio para a política marítima integrada, que tenha em conta as especificidades reais das várias regiões envolvidas.

Informação de Serviço Público

«PSD sistematicamente sub-representado nos blocos informativos da RTP»

O PSD é sistematicamente sub-representado nos blocos informativos da RTP enquanto o PS é “apagado” como partido autónomo do Governo, conclui o relatório sobre pluralismo político-partidário que o organismo regulador apresentou hoje ao Parlamento.

De acordo com o relatório sobre pluralismo político-partidário na RTP, que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) entregou hoje à Assembleia da República, é “detectável um relativo excesso de presença do Governo e PS”, sendo também “sistemática a sub-representação do PSD nos diferentes serviços de programas da RTP”.

O documento adianta ainda que “a presença do Governo apaga a presença do PS enquanto partido da maioria, na informação do serviço público de televisão”.

Apesar destas conclusões, o presidente da ERC, José Azeredo Lopes, refere, na nota introdutória do relatório, que “a RTP equilibrou tendencialmente - do ponto de vista da representação - a presença de Governo e PS, por um lado, e partidos da oposição, por outro”. (*)

Segundo o relatório, a presença do Governo e do Partido Socialista na RTP1 e RTP2 chegou aos 56,23 por cento, ultrapassando o valor de referência apontado pela ERC com base na representatividade eleitoral, que era de 50 por cento.

Já a presença do PSD, enquanto maior partido da oposição, ficou aquém do valor de referência dado pela ERC (27,67 por cento), apresentando-se com 17,78 por cento.

Este valor influenciou o quadro da presença da oposição parlamentar (PSD, PCP/PEV, CDS/PP e BE) que, no seu conjunto, registou uma presença nos 3 principais blocos informativos daqueles canais da RTP de 42,83 por cento, sendo que o valor de referência era de 48 por cento.

Segundo o mesmo relatório, a monitorização dos blocos informativos da RTP mostrou também que existem “desvios significativos relativamente aos parâmetros de presença estabelecidos pela ERC na RTP Madeira e, de



forma ainda mais evidente, na RTP Açores”.

Nos Açores, a presença do Governo Regional e o PS Açores no canal de serviço público chega aos 69,32 por cento, mais 19 pontos percentuais que o considerado equilibrado pela ERC, enquanto a coligação PSD/CDS se fica pelos 27,78 por cento, ou seja, menos 20 pontos percentuais que os 48 por cento defendidos pelo organismo regulador.

Na Madeira, os dados apontam para valores mais equilibrados, sendo que o Governo Regional e o PSD

registam uma presença de 50,79 por cento, praticamente em linha com os 50 por cento de valor de referência.

A presença na RTP-Madeira dos partidos da oposição também esteve quase em linha com os 48 por cento defendidos pela ERC, apresentando 49,21 por cento.

Para a entidade reguladora, “o serviço público de televisão tem ainda caminho a fazer para garantir, de modo eficaz, uma representação equitativa dos partidos sem assento parlamentar, vários de entre eles, aliás, totalmente ausentes da pantalha no período em análise”.

O relatório cobre o período de Setembro a Dezembro de 2007 e analisou 3.229 peças noticiosas e 17 programas de debate, entrevista e comentário distribuídos por vários canais da estação: RTP1, RTP2, RTPN, RTP-M e RTP-A.

Este relatório será complementado com um outro, mais amplo e no qual é analisada a informação dos canais privados, que a ERC irá apresentar ao Parlamento em Abril próximo.

O relatório sobre o pluralismo político-partidário da RTP conclui ainda que se verifica uma “ausência, nos espaços de comentário político, de personalidades ligadas a correntes ideológicas e partidárias com expressão na sociedade portuguesa, para além daquelas que se encontram presentes nos programas ‘As Escolhas de Marcelo’ e ‘Notas Soltas de António Vitorino’”. – Fonte: Lusa. (*) - Mas não explica como! – Povo Livre

Relatório corrobora afirmações constantes do PSD

O deputado social-democrata Agostinho Branquinho considerou hoje que o relatório da Entidade Reguladora sobre o pluralismo político-partidário na RTP corrobora as críticas que o PSD tem feito à informação da televisão pública.

“As conclusões da ERC [Entidade Reguladora para a Comunicação Social] só vêm corroborar publicamente o que temos dito sobre a qualidade da informação da RTP”, afirmou à Lusa o deputado, remetendo o

anúncio das medidas que o PSD quer tomar para reagir ao relatório para uma conferência de imprensa a realizar terça-feira.

A ERC afirma, num relatório sobre o pluralismo político-partidário na estação pública hoje entregue na Assembleia da República, que o PSD é sistematicamente sub-representado nos blocos informativos da RTP enquanto o PS é “apagado” como partido autónomo do Governo.

De acordo com o documento, é “detectável um relativo excesso de presença do Governo e PS”, sendo também “sistemática a sub-representação do PSD nos diferentes serviços de programas da RTP”.

Para Agostinho Branquinho,

uma das principais conclusões do relatório é relativo à informação da RTP nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

“Na Madeira, onde é habitual dizer-se que o Governo Regional controla a informação, é onde o pluralismo político-partidário é mais respeitado”, sublinhou, apontando os Açores como “o exemplo contrário”.

O relatório da ERC refere existirem “desvios significativos relativamente aos parâmetros de presença estabelecidos pela ERC na RTP Madeira e, de forma ainda mais evidente, na RTP Açores”.

Nos Açores, a presença do Governo Regional e o PS Açores no canal de serviço público chega aos 69,32 por cento, mais 19 pontos

percentuais que o considerado equilibrado pela ERC, enquanto a coligação PSD/CDS se fica pelos 27,78 por cento, ou seja, menos 20 pontos percentuais que os 48 por cento defendidos pelo organismo regulador.

Na Madeira, os dados apontam para valores mais equilibrados, sendo que o Governo Regional e o PSD Madeira registam uma presença de 50,79 por cento, praticamente em linha com os 50 por cento de valor de referência.

A presença na RTP-Madeira dos partidos da oposição também esteve quase em linha com os 48 por cento defendidos pela ERC, apresentando 49,21 por cento. —

Fonte: Lusa

Batalha reclama sobre o anúncio de portagens para a variante ao IC2 na Batalha

O Primeiro-Ministro, José Sócrates veio a Leiria anunciar (pela quinta vez no espaço de três meses) o concurso público para a Concessão do Litoral Oeste, que contempla a construção da Variante da Batalha no IC2, do IC9, do IC36 e ainda da Variante de Alcobaça e da Variante da Nazaré.

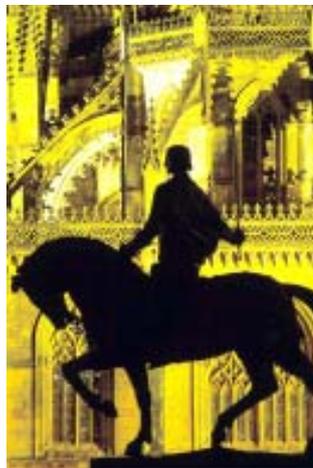
No que ao concelho da Batalha diz respeito, aprez-nos registar a intenção do Governo, mesmo que no caso da Variante da Batalha seja uma promessa datada de 1997 (já lá vão dez anos) do então primeiro-ministro, António Guterres, e com o principal objectivo de desviar o trânsito das proximidades do Mosteiro da Batalha, património mundial classificado pela UNESCO.

Acresce que em nossa opinião a construção da Variante da Batalha, alternativa à actual EN 1, considerada no Plano Rodoviário Nacional já há vários anos, produzirá melhorias a vários níveis, pelo aumento da

acessibilidade, maior facilidade de escoamento de produtos, maior segurança na circulação viária e sobretudo pelo contributo que dará ao nível da preservação do Mosteiro da Batalha, especialmente fustigado pelos impactos gerados pelo trânsito de pesados.

Lamentavelmente este Governo cede uma vez mais às pressões privadas e pretende colocar portagens nesta Variante da Batalha ao IC2, situação não só inédita no País, como particularmente danosa para o principal objectivo que justifica a construção deste desvio ao Mosteiro da Batalha, uma vez que o trânsito pesado e a larga maioria do trânsito ligeiro continuarão a utilizar a actual EN 1, fugindo assim aos elevados custos da portagem.

Para o PSD da Batalha, a confirmar-se esta absurda intenção do Governo, trata-se de um ataque sem paralelo na história recente ao nosso



património histórico-cultural, além de configurar um triste momento de desonestidade política dos nossos governantes, uma vez que troca-se um

compromisso com mais de dez anos por objectivos menos claros de rentabilização de obras público-privadas.

Ora, num tempo em que o mesmo primeiro-ministro anuncia o fim da crise orçamental e se param barragens de milhões de euros por quase de valores históricos envolvidos, é um perfeito disparate político portajar esta variante cuja principal razão de ser construída é precisamente salvaguardar o Mosteiro da Batalha.

O PSD da Batalha não se conforma com esta opção errada e tudo fará para contrariar o modelo de concessão privada da Variante da Batalha, apelando desde já à superior intervenção do Sr. Presidente da República, da Assembleia da República e do Sr. Provedor de Justiça, uma vez que estão envolvidos direitos constitucionais de salvaguarda e fruição do nosso património cultural. – CPS/PSD-Batalha

Falta de condições na esquadra local da PSP

O deputado do PSD eleito pelo círculo de Coimbra, Miguel Almeida, alertou para a falta de condições na esquadra local da PSP apontando deficiências ao sistema eléctrico do edifício e à falta de efectivos policiais.

“As instalações da Polícia de Segurança Pública, hoje, não dão garantias. Se faltar a luz corremos o risco da PSP ficar sem energia, o sistema eléctrico está muito deficitário” disse Miguel Almeida aos jornalistas no final de uma visita às forças de segurança do concelho.

Em conferência de imprensa o deputado social-democrata anunciou ir requerer explicações ao ministro da tutela, Rui Pereira, sobre a calendarização de obras no edifício da PSP da cidade - antes ocupadas por um quartel militar - considerando a intervenção “uma prioridade”.

O deputado aludiu, igualmente, à falta de efectivos na secção da Figueira da Foz, frisando que desde 1996 a área adstrita à PSP “quase triplicou” mas o aumento não foi acompanhado pelo reforço dos efectivos necessários.

“A área triplicou mas o número de efectivos só aumentou em 10. Na Figueira da Foz, o rácio polícia/habitantes é menor do que no resto do país”, disse Miguel Almeida.

Segundo dados avançados na conferência de imprensa pelo presidente da concelhia do PSD da Figueira da Foz, Lídio Lopes, prestam serviço na Figueira da Foz 111 agentes da PSP, 15 dos quais afectos a serviços administrativos.

“Descontando os agentes afectos a trabalho administrativo, a média na Figueira da Foz é de 343,5 habitantes por agente policial enquanto no país é de 217. Há claramente uma questão de falta de recursos humanos”, sustentou.

Já no que concerne à GNR, o deputado social-democrata pretende ser esclarecido pela tutela sobre as obras do novo posto da freguesia de Maiorca, que há anos ocupa instalações provisórias, apesar de existir um terreno cedido pela autarquia para o efeito.

O número de efectivos nos três postos da GNR do concelho - em Maiorca, Quaios e Paião - foi também afluído pelo parlamentar do PSD que denunciou



a redução dos mesmos aquando da abertura, na cidade, do centro de formação daquela força policial.

“Quando abriu saíram praças e sargentos que não foram substituídos. Esperamos que com os 1.200 militares que vão ser distribuídos pelo país em Junho a Figueira da Foz seja contemplada”, afirmou. - Lusa

Notícias de Aveiro

Câmara aprecia “Carta do Património Cultural”

A Câmara Municipal recebeu a apresentação, na Reunião Pública de 25 de Março, da Carta do Património Cultural de Aveiro.

A Carta do Património Cultural de Aveiro encontra-se em fase de preparação, tendo sido apresentada ao Executivo a sua estrutura. Este documento constituirá um instrumento sectorial de planeamento e de gestão do território cultural visando a salvaguarda, valorização e dinamização patrimonial.

De salientar que a Carta de Património Cultural permitirá a definição de políticas de salvaguarda, protecção, valorização e de fruição do património cultural. Disso são exemplo alguns trabalhos já desenvolvidos neste âmbito, como sejam, a elaboração do índice global de salvaguarda (intervenção, cartas temáticas / inventário, diagnóstico, medidas preventivas e promoção); o inventário de imóveis com valor patrimonial (já sinalizados 860 imóveis – 403 na Freguesia da Vera Cruz; 54 em Aradas e 403 nas restantes freguesias); o Plano de Preservação e Salvaguarda do Azulejo | Banco do Azulejo (180 registos); e o projecto Invent'Arte | Índice de obras inventariadas por edifício (reserva Museu da Cidade, Biblioteca Municipal, Capitania, Casa da Cultura, Casa da Juventude, Centro Cultural e de Congressos, Departamento de Serviços Urbanos, Junta de freguesia da Glória, Paços do Concelho, Parque de Exposições, Residência oficial, Teatro Aveirense e Tribunal).

No âmbito da Carta está a ser desenvolvido um mapa digital com a identificação e caracterização de imóveis com interesse patrimonial e todos os cidadãos podem acompanhar o evoluir da mesma, através do sistema de informação geográfica disponível no site da autarquia, que pode ser acedido em <http://www.cm-aveiro.pt/sig> ou na ligação “informação Geográfica” disponível na página principal. De realçar que através da Carta será possível estabelecer prioridades no trabalho a desenvolver junto de imóveis, azulejos, entre outros; e efectuar a classificação do património, a sua relevância patrimonial indutiva e condicionante de intervenção.

Tendo como missão conhecer e gerir o património cultural, a Carta apresenta diversos objectivos: conhecer a realidade e a potencialidade patrimonial do Concelho de Aveiro; executar o levantamento do património cultural em consonância com o quadro



legislativo em vigor; criar um instrumento de trabalho eficaz; definir estratégias de protecção, salvaguarda e valorização do património cultural de Aveiro nos instrumentos de gestão territorial; implementar uma gestão integrada dos bens patrimoniais contemplando a sua divulgação; promover a cidade e a região de Aveiro, rentabilizar as políticas culturais incentivando a sustentabilidade económica; fomentar a formação e fidelização de públicos; e incentivar a participação e partilha de experiências e de bens da comunidade local na actividade cultural do Município.

Importa ainda salientar que já está previsto o desenvolvimento de Cartas Temáticas, tais como, Carta de Sensibilidade Arqueológica, Carta de bens imóveis classificados, Carta do património religioso, Carta de património Arte Nova, Carta de património azulejar e Carta de edifícios de valor patrimonial reconhecido. De forma específica, será implementada a Bolsa de Salvaguarda Arte Nova que permitirá dar apoio aos municípios que pretendam preservar a

Arte Nova presente nos seus edifícios.

Ex-presidente socialista da Câmara, de acordo com o Presidente PSD da Câmara de Ílhavo

Alberto Souto (PS), ex-presidente da Câmara de Aveiro, manifestou o seu acordo com o “velho rival” em política local, Ribau Esteves (PSD), presidente da Câmara de Ílhavo, num debate organizado pelo Jornal de Notícias (JN) sobre o futuro da região.

A invulgar similitude de pontos de vista surpreendeu a assistência que participou na noite de quinta-feira na iniciativa com que o Jornal de Notícias assinalou em Aveiro os seus 120 anos.

Alberto Souto subscreveu posições públicas que têm vindo a ser assumidas por Ribau Esteves, de crítica ao governo, pelo “abandono” da Ria.

“O que se tem passado com a Ria nos sucessivos governos é irresponsabilidade ambiental e desleixo político insuportável e não estou tranquilo com o que se anuncia”, disse colocando em dúvida se o Polis Ria, divulgado pelo ministro do Ambiente, será uma solução de gestão integrada.

Em comum, advogaram a necessidade do reforço do intermunicipalismo para ganhar escala e de uma visão estratégica partilhada que envolva os vários agentes da região.

Quer um, quer outro, falaram de “velhos problemas”, como a ainda insuficiente cobertura do saneamento básico ou as acessibilidades, e as perspectivas de futuro que expuseram estiveram próximas.

Ribau Esteves definiu como apostas capitais potenciar a Ria e fazer um bom aproveitamento dos fundos do QREN. Alberto Souto apontou como sectores estratégicos para a região as telecomunicações, as energias renováveis e o turismo.

Outro comentador convidado, Paulo Nordeste, até há pouco tempo responsável executivo da PT Inovação, defendeu que “é fundamental ter uma visão de futuro e trabalhar sobre ela, com um horizonte que ultrapasse o QREN” e pôs em causa que seja possível que os vários sectores apontados possam ter excelência na região.

“A competição não é com Lisboa ou com o Porto, mas a nível mundial nos sectores que forem escolhidos e há que eleger bandeiras, mobilizar meios e, a partir dessas escolhas, que devem incidir sobre áreas-âncora com provas dadas, congregar as pessoas, procurando atrair recursos qualificados”, comentou. – Fonte: Lusa

Aveiro comemorou «Dia Mundial do Teatro»

A Câmara Municipal de Aveiro comemorou o Dia Mundial do Teatro, dia 27 de Março, com a realização de diversas actividades relacionadas com esta área artística.

Neste sentido, esteve patente em vários locais da cidade a Exposição “O que é o Teatro?” de 27 de Março a 7 de Abril. A Exposição foi cedida pelo Ministério da Cultura – Direcção Geral das Artes – Programa Território Artes, integrada na Acção de Grande Envolvimento Nacional / AGEM, cuja edição de 2008 é dedicada ao Teatro. A mostra pretende, através de imagens e texto, abordar de uma forma pedagógica o teatro, a sua expressão ao longo do tempo, os intérpretes, os autores, os textos, os públicos, os aspectos sociais e os espaços de representação.

A exposição “O que é o Teatro?” foi visitada na Casa Municipal da Juventude de Aveiro, de Segunda a

Sexta-feira, das 9.30 às 18.00 horas; no Espaço A do Núcleo de Arquitectos de Aveiro – Casa da Cultura – de Terça-feira a Domingo, das 14.00 às 19.00 horas; na Escola Profissional de Aveiro – de Segunda a Sexta-feira, das 8.30 às 20.30 horas, aos Sábados, das 9.30 às 13.00 horas; Junta de Freguesia de Santa Joana – de Segunda-feira a Sábado, das 9.00 às 12.30 horas e das 14.30 às 19.00 horas; Salão Nobre do Teatro Aveirense, de Terça a Sábado, das 13.00 às 20.00 horas; e CETA – Círculo Experimental de Teatro de Aveiro, no Canal de S. Roque. A mostra abriu às 9.30 horas, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro; às 14.00 horas, no Espaço A; às 16.00 horas, na Escola Profissional de Aveiro e Junta de Freguesia de Santa Joana; e pelas 21.30 horas, no Teatro Aveirense e no CETA.

Também no dia 27 de Março, pelas 10.00 horas, decorreu na Biblioteca Municipal de Aveiro, a Hora do Conto com as histórias “Papá, por favor, apanha-me a Lua” de Eric Carle; “Tanto, tanto” de Trish Cooke e “Dos Ratones en la Luna” de Lúcia Sacurdi, contadas por Teresa Nogueira. Pelas 16.00 horas, os alunos do Curso Técnico Animador Sócio-cultural da Escola Profissional de Aveiro apresentam nas suas instalações uma animação.

À noite, o Grupo Porcas e Parafusos encenou “Vidas que passam, histórias que ficam...” às 21.00 horas, no Auditório da Junta de Freguesia de Santa Joana. Às 22.00 horas, ocorrerá no Mercado Negro a Performance de Teatro “Histórias de Encantar” por Andreia Dinis e, à mesma hora, será apresentado o espectáculo de luz negra e encenação de Vítor Valente “O outro lado da vida” pelo CETA – Círculo Experimental de Teatro de Aveiro, na seu espaço situado no Canal de S. Roque.

No dia seguinte, 28 de Março, realizou-se a Tertúlia “O Teatro Hoje” que contou com as participações de diversos grupos de teatro: ACERT, Palmilha Dentada, Primeiro Andar, Teatro de Montemuro e Teatro Universitário de Coimbra, com os objectivos de serem partilhadas experiências e conhecimentos entre grupos de teatro, bem como a interpretação da linguagem do teatro nos nossos dias. A tertúlia era aberta a todas as entidades e associações relacionadas com o teatro e ao público em geral e terá lugar no Espaço A do Núcleo de Arquitectos de Aveiro – Casa da Cultura – Edifício Fernando Távora.

O Teatro Aveirense recebeu no dia 29 de Março, pelas 21.30 horas, o espectáculo “Dúvida” com Diogo Infante e Eunice Muñoz.

– Gab. Imp. CMAveiro

Notícias de Almada

Secção local do PSD lança campanha de “Outdoors” e folhetos sobre Habitação Social

O PSD Almada lançou uma campanha de Outdoors sobre Habitação Social em Almada e o facto da Câmara Municipal de Almada e a maioria CDU ter rejeitado a nossa proposta de aumentar as verbas para a requalificação do Parque Habitacional Camarário.

Uma campanha que passou pela colocação de 4 Outdoors e pela distribuição de folhetos de informação nas casas dos moradores desses bairros, informando que no seguimento da visita efectuada pelo PSD, foi apresentada, na Assembleia Municipal, uma proposta concreta de aumento da dotação orçamental para a requalificação dos bairros camarários, tendo a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Almada desvalorizado completamente a questão e a maioria comunista chumbado a proposta do PSD.

Uma campanha que mostrou que enquanto a maioria comunista pensa apenas no dinheiro, o PSD está a pensar em primeiro lugar nas pessoas. Com uma ideia clara - o PSD deseja Construir o Futuro de Almada ao lado de, e com respeito por todos e cada um dos Almadenses. Algo que manifestamente a Presidente Maria Emilia de Sousa e a CDU não têm!

– Do nosso correspondente, Nuno Matias



Notícias da Madeira

O Grupo Parlamentar do PSD “satisfeito” com a taxa de execução das obras «constantes no programa de governo»

O Grupo Parlamentar do PSD/M manifestou-se “satisfeito” com a taxa de execução das obras a cargo da Secretaria Regional do Equipamento Social, constantes no programa de governo.

“Na reformulação do Programa de Governo face ao roubo do senhor Sócrates e Companhia em relação à Região, através da famigerada Lei das Finanças Regionais, mesmo assim metade do previsto já está no terreno ou em fase de arranque”, disse o líder parlamentar social-democrata, Jaime Ramos.

O parlamentar falava após uma reunião de trabalho com o titular da pasta da Secretaria Regional do Equipamento Social, Santos Costa, no âmbito de uma série de reuniões que a bancada “laranja” está a efectuar com os secretários regionais.

“Passados nove meses após o governo ter entrado em funções, vemos que, ao contrário dos profetas da desgraça, o programa está a ser executado e tudo estará cumprido até 2011”, disse Jaime Ramos. – Gab. Imp. ALRM

Notícias de Évora

Luís Rodrigues manifestou-se preocupado com a eventual reestruturação de Serviços Locais de Finanças no Alentejo, que poderá passar dos actuais 47 para 15

O deputado social-democrata Luís Rodrigues manifestou-se hoje preocupado com a eventual reestruturação de Serviços Locais de Finanças (SLF) no Alentejo, que poderá passar dos actuais 47 para 15, o que implica a extinção de 32.

Luís Rodrigues, eleito por Setúbal, refere-se ao relatório final da Comissão Técnica do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), elaborado em 2006 e publicado na página da Internet do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP).

Em termos nacionais, o relatório, explica o deputado, em comunicado enviado hoje à agência Lusa, propõe a extinção de nove das actuais Direcções de Finanças e a transformação das restantes 13 em Direcções Regionais, assim como o fecho de 121 SLF.

Manifestando preocupação sobre os efeitos desta “eventual reestruturação” nos três distritos do Alentejo, bem como no distrito de Setúbal, Luís Rodrigues revela ter entregue terça-feira no Parlamento quatro requerimentos em que questiona o Governo acerca desta matéria.

“Sublinho ‘eventual reestruturação’ porque, apesar de publicadas no site do MFAP, as propostas da Comissão Técnica ainda não foram assumidas politicamente



pelo Governo”, ressalva.

Relativamente ao Alentejo, o deputado considera que, a concretizarem-se, tais medidas serão “mais graves” do que “na maior parte do território nacional”, pois, “as distâncias a percorrer pelas populações são muito maiores”.

Dos 47 municípios da região, contando com os quatro concelhos alentejanos do distrito de Setúbal, 32 deles poderão deixar de ter SLF, se as propostas forem implementadas, sublinha o deputado.

“Numa região em que os aglomerados urbanos são muito afastados, os transportes públicos que os interligam quase inexistentes e onde a população está muito envelhecida, considero esta proposta inadmissível”, afirma.

Nos quatro requerimentos, um por cada distrito, Luís Rodrigues traça o cenário previsível em Beja, Portalegre,

Évora e Setúbal, explicando ainda estar prevista uma Direcção Regional de Finanças (DRF) para o Alentejo, com a extinção das direcções distritais, e outra para a Península de Setúbal.

No que toca aos SLF, as propostas passam pela extinção de dez e a existência de quatro em Beja: um para a sede de distrito, outro para Ourique, Castro Verde, Mértola e Almodôvar, um terceiro para Vidigueira, Alvíto, Cuba, Ferreira do Alentejo e Aljustrel e o quarto para Serpa, Moura e Barrancos.

Em Évora, a previsão engloba a extinção de nove SLF e a criação de cinco: um para Évora, outro para Alandroal, Reguengos de Monsaraz, Portel e Mourão, o terceiro para Borba, Redondo e Vila Viçosa e o quarto para Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Viana do Alentejo.

A extinção de 15 SLF em Portalegre, a materializar-se, irá

implicar a existência de apenas três serviços: um para seis concelhos (Gavião, Nisa, Crato, Castelo de Vide, Marvão e Portalegre), outro para cinco (Ponte de Sor, Mora, Avis, Alter do Chão e Fronteira) e o último para quatro (Monforte, Arronches, Elvas e Campo Maior).

Já o Litoral Alentejano, poderá ficar servido por três SLF, agrupando Alcácer do Sal e Grândola, Odemira e Sines e um último em Santiago do Cacém.

O deputado do PSD pretende saber se o ministro das Finanças vai assumir as propostas da Comissão Técnica e, em caso afirmativo, onde ficará situada a DRF do Alentejo, quais os SLF a extinguir ou a manter em cada distrito e se o Governo estudou as distâncias a percorrer, os custos e o tempo gastos pelos cidadãos para aceder a esses serviços. – Fonte: Gab. Imp. PSD/ Évora

Notícias de Lisboa

Os vereadores do PSD abandonaram a última reunião do executivo em protesto contra uma “tramoia” de Sá Fernandes e António Costa

Os vereadores do PSD abandonaram, a última reunião do executivo municipal de Lisboa, em protesto contra a retirada de uma proposta de José Sá Fernandes (BE) que ia ser chumbada e será aplicada por despacho do presidente António Costa (PS).

Em declarações à agência Lusa, a vereadora social-democrata Margarida Saavedra afirmou que António Costa “usou a boa-fé” dos vereadores e criticou a “forma indecorosa” como a proposta foi retirada, considerando que se abriu um “precedente perigosíssimo” e que se fez um “atentado à democracia”.

A proposta de instalação de quinze turbinas eólicas na cidade no âmbito da iniciativa Wind Parade foi apresentada por Sá Fernandes e, ao longo da discussão, os vereadores do PSD, Lisboa com Carmona, PCP e Cidadãos por Lisboa indicaram que iam votar negativamente.

Sá Fernandes, seguindo uma sugestão de António Costa e confrontado com o chumbo garantido, retirou a proposta, que pode assim ser aplicada por decisão directa do presidente da autarquia, no âmbito das suas competências.

O vereador social-democrata Fernando Negrão anunciou que os vereadores do PSD iriam abandonar a sala: “Sentimo-nos enxovalhados, abandonamos a reunião em nome da dignidade dos vereadores da



oposição”, declarou.

A reunião foi em seguida interrompida, com António Costa a considerar que “não é normal nem saudável” que a Câmara continuasse reunida sem uma das forças políticas eleitas.

Margarida Saavedra disse à Lusa que o PSD abandonou a sala como último recurso: “Quando sentir que a

democracia está ameaçada, o PSD assumirá a ruptura, seja contra quem for”, garantiu.

Logo que Sá Fernandes anunciou a retirada de protesto, as forças da oposição insurgiram-se em bloco contra a atitude do vereador eleito pelo Bloco de Esquerda.

“Assistimos a um episódio que pensei que jamais acontecesse nesta

Câmara. Como não vos agradou o resultado da discussão, em desrespeito pela democracia, retiraram a proposta, com todo o desplante e ainda ameaçam que a vão pôr em prática depois de sabermos a opinião da Câmara”, afirmou Ruben de Carvalho, do PCP.

O vereador comunista garantiu que se se repetir no futuro a situação “inqualificável”, os vereadores do PCP farão “protesto político por todos os recursos à sua disposição”.

Pedro Feist, do movimento Lisboa com Carmona, afirmou que “em 32 anos de Câmara” nunca viu uma situação semelhante, considerando que “não augura harmonia política” para o futuro da autarquia e que se tratou de “uma experiência muito feia”, a que expressou “a mais severa censura”.

“Baixa democracia” foi como Helena Roseta, dos Cidadãos por Lisboa, classificou a decisão tomada por Sá Fernandes, considerando que é “um mau precedente”.

“Em termos políticos, ficou claro que a maioria não deu o apoio a esta proposta”, argumentou.

O presidente da autarquia procurou acalmar o tom da discussão: “Não vale a pena dramatizar o que não justifica dramatização”, afirmou.

Aos jornalistas, António Costa garantiu que a retirada da proposta é “o aspecto secundário da questão” e que a iniciativa vai para a frente.

- Fonte: Lusa, DN, TSF

Notícias de Vila Viçosa

PSD preocupado com o eventual encerramento de 121 serviços locais de Finanças

O PSD está preocupado com o anunciado encerramento de 121 Serviços Locais de Finanças pelo Governo, processo de reestruturação no âmbito do PRACE, que pode eventualmente prejudicar Vila Viçosa.

A inexistência de oposição na Câmara, o seguidismo e submissão cega do PS local às decisões do Governo que prejudicam constantemente o interior do país e a inércia da Câmara de Vila Viçosa por esgotamento de 12 anos de mandato inconsequente da CDU, fazem temer o pior: o encerramento dos Serviços de Finanças de Vila Viçosa em benefício dos concelhos de Borba ou Redondo.

O prejuízo para os calipolenses em distância percorrida, custos e tempo dispendidos pelos cidadãos seriam intoleráveis se Vila Viçosa não viesse a figurar entre os 15 concelhos que, no Alentejo, se prevê virem a dispor de Serviços Locais de Finanças.

O silêncio da posição da CDU e do PS nesta matéria, na Câmara de Vila Viçosa, eventualmente por esgotamento ou falta de coragem política, revela a convicção com um Governo que se prepara para prejudicar as populações do interior, no acesso a estes serviços, agrupando os concelhos de Borba, Redondo e Vila Viçosa.

Exige-se que o Governo do PS apresente alternativas para não prejudicar ainda mais quem paga impostos em Portugal e que a Câmara de Vila Viçosa

Costa Neves, acusa Governo ter “inacção” na fixação de médicos de família “nas ilhas mais carenciadas”



Em Santa Cruz da Graciosa o líder do PSD/Açores, Costa Neves, acusou o Governo Regional de ter “acordado tarde” no que diz respeito à criação de incentivos para a fixação de médicos de família “nas ilhas mais carenciadas”.

Costa Neves, que realizou uma visita de dois dias à Graciosa, adiantou à agência Lusa que “mais vale tarde do que nunca”, ainda que “os incentivos possam gerar situações de desigualdade”.

“Quem cá está (na ilha Graciosa) desde a década de oitenta, tem quase cinquenta anos, aguentou o sistema a funcionar e agora vai confrontar-se com quem vem fazer o mesmo e ganhar mais”, disse o líder social-democrata dos Açores, que reuniu hoje com a administração do Centro de Saúde da ilha Graciosa.

O Governo açoriano autorizou, terça-feira, nove centros de saúde e duas unidades de saúde de ilha na região a atribuir subsídios de fixação para contratar 53 novos médicos de medicina geral e familiar.

Costa Neves salientou que “a curto prazo” a ilha Graciosa vai ficar com apenas dois médicos de família, o que torna “a situação muito preocupante”.

Para além disso, o facto de não haver possibilidade de acesso ao sector privado, inexistente nesta ilha, leva os doentes a deslocarem-se para a ilha Terceira onde também “o hospital da

rede pública não tem resposta para certas especialidades”, acrescentou.

Segundo disse, as pessoas recorrem ao sector privado na ilha Terceira e os reembolsos que têm direito, de pouco mais de um euro, são também insuficientes.

Quanto à deslocação das mulheres grávidas, que normalmente acontece com alguma antecedência, Costa Neves considera também “muito reduzido o apoio de 16 euros diários”.

O líder “laranja” chamou, ainda, a atenção para o facto de os quadros de ilha, para a função pública, no que respeita aos profissionais de saúde “ter previstas menos vagas que aquelas que já são ocupadas”.

“Por certo foi uma distração, precipitação ou engano involuntário que se espera venha a ser corrigida”, disse.

Costa Neves, que visitou hoje também uma empresa familiar, de produção de queijadas típicas, preconizou “uma atitude de perseguir as potencialidades específicas de cada uma das ilhas para a implantação de micro empresas”.

“Não há soluções idênticas para todas as ilhas porque cada uma é uma realidade diferente”, sustentou.

Para Costa Neves a empresa “Queijadas da Graciosa” é “um exemplo que pode servir de incentivo a todas as ilhas de acordo com as potencialidades de cada uma”.

“Ajudar, incentivar e apoiar estas iniciativas é contribuir para estancar a desertificação das ilhas, nomeadamente as mais pequenas, cuja situação começa a ser muito preocupante”, finalizou o líder social-democrata. - **Gab. Imp. PSD/Açores**

Comunicado da CPS de Angra: só o Partido Socialista finge não perceber o que todos os Angrenses já perceberam

Na tentativa de desculpar o indesculpável, e envergonhado pelo real estado da nossa Cidade Património da Humanidade, o Partido Socialista na Ilha Terceira disfarça fazendo ataques e procura desmentir, sem argumentos, aquilo que todos nós angrenses já percebemos:

A Cidade de Angra do Heroísmo está, mesmo, sem rumo!

Deixada ao abandono e à crescente perda de prestígio no contexto regional!

A Comissão Política Concelhia do PSD de Angra do Heroísmo move-se pelo interesse dos Angrenses.

Durante dois anos e meio, esta estrutura tem, por diversas vezes, denunciado o estado da Cidade de Angra e das suas freguesias e a falta de actuação da Câmara Municipal e nunca o Partido Socialista sentiu a necessidade de vir a palco defender a sua Câmara.

Bastou lembrar que esta é uma

Câmara Socialista e que o P. S. é tão ou mais responsável pelo estado do nosso Concelho para sentirem que algo tinha de ser dito.

Não a bem dos Angrenses. Não a bem do Concelho. Mas, por orgulho partidário.

A C.P. do PSD de Angra ao longo de 2 anos e meio tem denunciado:

- A falta de um verdadeiro projecto de desenvolvimento para o Concelho;
- O estado indigno do Mercado Municipal;
- O estado lastimável de manutenção dos equipamentos sociais, das calçadas, dos monumentos, do Jardim Público, a própria limpeza e embelezamento da Cidade;
- As promessas não cumpridas;
- O abandono do meio rural;
- O estado degradado de muitas das nossas escolas.

O Partido Socialista o que fez relativamente a todas estas alertas e denúncias?

Escondeu-se na toca como se nada tivesse a ver com estes assuntos, não manifestando sequer a sua opinião.

Pelo contrário, é de lamentar que o PS da Terceira, em vez de abordar matérias que digam respeito à ilha e aos terceirenses e às questões que verdadeiramente foram postas em causa pelo PSD, surja, uma semana depois, a fazer o ataque pessoal a que reduzem a sua actividade política.

Pelos vistos, estão mais preocupados com os dirigentes do PSD do que ocupados a defender os interesses dos terceirenses.

Pois, na verdade, para o Partido Socialista os interesses partidários sobrepõem-se ao interesse das pessoas.

- **C. P.S. de Angra do Heroísmo**





CABEÇEIRAS DE BASTO (CPD BRAGA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Cabeceiras de Basto, para reunir no próximo dia 3 de Maio de 2008, pelas 20h30, na Sede de Concelhia, sita no lugar de Quinchoso Refojos de Fasto, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleições da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30.

As listas candidatas terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima indicado.

MESÃO FRIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mesão Frio, para reunir no próximo dia 11 de Maio de 2008 (sábado) entre as 15h00 e as 19h00 na sede da Junta de Freguesia de S. Nicolau, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Marco António Peres Teixeira da Silva.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Plenário de Militantes da Secção do Porto, para reunir no próximo dia 11 de Abril, pelas 21.30, no Auditório da Junta de Freguesia de Massarelos, sito à Rua do Campo Alegre, n.º 244, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1- Informações
- 2- Análise da situação política

NÚCLEO DE LOUROSA (CPS SANTA MARIA DA FEIRA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o militantes do Núcleo de Lourosa, para uma Assembleia de Núcleo de Lourosa a ter lugar no dia 9 de Maio de 2008, pelas 19h30, na Sede do Núcleo do PSD, sita na Rua dos Fontanários - CC Vila Nova - n.º 87, na Freguesia de Lourosa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: As urnas estarão abertas das 19h30 às 22h00.

As listas candidatas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima referido

SÁTÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Secção de Sátão, para reunir no próximo dia 3 de Maio de 2008 (sábado), entre as 16h00 e as 19h00, na Pensão Império, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos órgãos de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 19h00.

A entrega das listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao Presidente da Mesa da Assembleia, no local acima indicado.

SECÇÃO E

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção E, para reunir no dia 10 de Abril de 2008, pelas 19h00, na Rua Forno do Tijolo, 71, 3.º andar, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação e votação das contas de 2007;
2. Apreciação e votação do Orçamento para 2008.

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes, para reunirem em sessão ordinária da Assembleia da Secção de Setúbal, no dia 17 de Abril de 2008, quinta-feira, às 21h00, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 - 1.º esq, em Setúbal, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Um -Informações;

Dois - Análise da situação política



ALMEIRIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Almeirim, para reunir no dia 4 de Maio de 2008 (Domingo), pelas 15 horas, sita na Rua António Sérgio, n.º 8 - 2.º, em Almeirim, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Comissão Política de Secção, da Mesa do Plenário de Secção e do Representante do CDES;

2 - Informações;

3 - Análise da Situação Política.

Notas:

1 - As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua António Sérgio, n.º 8 - 2.º, em Almeirim;

2 - As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos;

3 - Os primeiros 30 minutos seguintes ao período da contagem do quórum, servirão para a apresentação de listas, sendo que posteriormente a urna permanecerá aberta por um período de 1 hora. Assim sendo a urna estará aberta das 15h30 às 16h30.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Pedro Lourenço Pereira)

CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital de Leiria, para o dia 3 de Maio de 2008, pelas 16 horas, na Sede Distrital da JSD, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações e análise da situação política;

2 - Eleição do Representante Distrital ao Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância.

Nota:

1 - As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital de Leiria, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2 - As urnas estarão abertas das 16h30 às 17h30.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(João Pedro da Costa Ferreira)

CONSELHO DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD do Porto, para reunir no próximo dia 12 de Abril de 2008, pelas 14h30, no Concelho de Marco de Canaveses, no Auditório Municipal, junto à Câmara Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(André Conrado Cardoso)

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio para o próximo dia 7 de Maio, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD Gondomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Informações;
 - Análise da Situação Política;
 - Outros Assuntos.
- Presidente da Mesa de Plenário
(Vitor Manuel Marques Barbosa)

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Ovar para uma sessão ordinária, a realizar no próximo dia 2 de Maio de 2008 (sexta-feira), às 21h30, na Sede de Concelhia, sita na Rua Ferreira de Castro, 84, 1.º Esq. e com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Análise da Situação Política Local e Nacional.
- A Presidente da Mesa de Plenário Concelhio
(Tânia de Pinho Pereira Pinto)

CPS'S DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os Plenários das Secção da JSD do Distrito de Braga, para reunião a realizar nas datas e nos locais abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital Eleitoral da JSD de Braga.

Secção	Data	Horário de Urna Aberta	Local
Amares	02/05/2008	21h – 23h	Sede do PSD de Amares
Barcelos	02/05/2008	21h – 23h	Sede do PSD de Barcelos
Braga	02/05/2008	21h – 23h	Sede do PSD de Braga
Fafe	02/05/2008	21h – 23h	Sede do PSD de Fafe
Celorico Basto	03/05/2008	16h – 18h	Sede do PSD de Celorico Basto
Cabeceiras Basto	03/05/2008	16h – 18h	Sede do PSD de Cabeceiras Basto
Esposende	03/05/2008	16h – 18h	Sede do PSD de Esposende
Guimarães	02/05/2008	21h – 23h	Sede do PSD de Guimarães
Póvoa Lanhoso	02/05/2008	21h – 23h	Sede do PSD de Póvoa Lanhoso
V.N. Famalicão	02/05/2008	21h – 23h	Sede do PSD de Famalicão
Terras de Bouro	02/05/2008	21h – 23h	Sede do PSD de Terras do Bouro
Vieira Minhó	02/05/2008	21h – 23h	Sede do PSD de Vieira Minhó
Vila Verde	02/05/2008	21h – 23h	Sede do PSD de Vila Verde
Vizela	02/05/2008	21h – 23h	Sede do PSD de Vizela

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário a quem compete realizar o acto ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no local indicado para a reunião, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Pedro Rodrigues)

CONSELHO DISTRAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital Eleitoral da JSD de Braga, para reunir no próximo dia 9 de Maio de 2008, pelas 20.30 horas, no Hotel Turismo, em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação e Discussão das Moções.
2. Eleição da Mesa do Conselho Distrital e da Comissão Política Distrital da JSD de Braga.

Nota:

a) As listas devem ser entregues em duplicado na Sede Distrital do PSD de Braga, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Braga ou a quem estatutariamente o possa substituir;

b) As urnas estarão abertas entre as 22 horas e as 24 horas.
O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Braga
(Pedro Rodrigues)